



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DA CIDADE**

**1ª Reunião Ordinária/2014.**

1  
2  
3 **Aos vinte e seis (26) dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze (2014),**  
4 no Anfiteatro do Centro Cívico e Cultural Florisvaldo Coelho Prates, localizado à  
5 Rua Antonio Correa Barbosa, 2233, térreo, Centro, Piracicaba – SP, realizou-se a  
6 **primeira reunião ordinária do Conselho da Cidade.** A reunião foi iniciada com  
7 a presença dos seguintes membros do Conselho: representando o Governo  
8 Municipal: representante do Instituto de Pesquisas e Planejamento, Lauro J. A.  
9 Pinotti, titular; representante da Secretaria Municipal de Defesa do Meio  
10 Ambiente, Felipe Gomes, suplente; representante da Secretaria Municipal de  
11 Desenvolvimento Social, Marlene Cordeiro Carvalho de Souza, suplente;  
12 representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tarcisio  
13 Ângelo Mascarim, titular; representante da Secretaria Municipal de Obras, Maria  
14 Angélica Pavan Ignácio Cardoso, titular; representante da Secretaria Municipal de  
15 Trânsito e Transportes, Getúlio Pedro de Macedo, titular; representante da  
16 Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, Waldemar Gimenez, titular;  
17 representantes da Secretaria Municipal de Ação Cultural, Maria de Fátima Alves  
18 Silva, suplente; representante da Procuradoria Geral, Claudio Bini, titular;  
19 representante do Sema, Hugo Marcos Piffer Leme, titular e Gilberto F. Pissinatto,  
20 suplente; representante da Secretaria Municipal de Governo, José Antonio Godoy,  
21 titular; representante da Secretaria Municipal de Educação, Marcos Antonio da  
22 Silva, titular; Representante da Secretaria Municipal de Turismo, Rosemeire C.  
23 Massarutto de Oliveira, titular; Representante da Secretaria Municipal de Trabalho  
24 e Renda, Sérgio Fortuoso, suplente; Representante da Secretaria Municipal de  
25 Administração, Ana Carolina Spoladore, titular; representante da Secretaria  
26 Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, João Francisco Rodrigues de  
27 Godoy, suplente. Representando a Sociedade Civil: representante dos  
28 empresários – demais setores, Rui Cassavia Filho, titular; o representante dos  
29 empresários do setor imobiliário, Calil José Miguel, titular; representante dos  
30 empresários – Setor Sucroalcooleiro, Ivanjo Cristiano Spadote, titular;  
31 representantes dos movimentos sociais – Sindicatos de Trabalhadores Urbanos,



32 Vanderlei Antonio Zampaulo, titular, Jorge Luiz de Paula, suplente, Claudia  
33 Renata Novolette, titular; representantes das ONG's/entidades técnicas ou  
34 profissionais/instituições de ensino ou pesquisa, Rafael Jó Girão, titular, Thiago  
35 Cerqueira Lazier, suplente, Ninfa Sampronha Barreiro, titular, Anderson Laerte  
36 Teixeira, titular; representantes do Planejamento Territorial, Carlos José Marco da  
37 Silva, titular, Iraci Vitor Honda, titular. Justificaram a ausência os seguintes  
38 conselheiros: representantes da Secretaria Municipal de Ação Cultural, Rosangela  
39 Maria Rizzolo Camolese, titular; Representante do Instituto de Pesquisas e  
40 Planejamento; Maria Beatriz Silotto Dias de Souza, suplente; Representante dos  
41 movimentos populares ou associação de moradores, Adair de Jesus Rodrigues,  
42 titular; Pedro Sérgio Piacentini, suplente. Além dos conselheiros presentes  
43 participaram da reunião: Sabrina Rodrigues Bologna, Idnilson Donizete Perez e  
44 Rosalina Martins de Oliveira Castanheira (equipe técnica do IPLLAP). O Diretor  
45 Presidente do IPPLAP, Lauro J. A. Pinotti saudou os presentes e iniciou a  
46 reunião, que foi convocada com a seguinte **pauta: Item I - Aprovação da Ata da**  
47 **última reunião (dia 03/12/2013); Item II - Calendário de reuniões referente**  
48 **2014; Item III - Projeto de Lei Complementar – EMDHAP (ZEIS); Item IV -**  
49 **Projeto de Lei Complementar – ZOCFA e Item V - Regimento Interno do**  
50 **Conselho**, analisados da seguinte forma: **Item I – Ata:** O conselheiro Rui  
51 Cassavia se manifestou dizendo que primeiro deveria ser discutido o regimento  
52 interno para posteriormente aprovar a ata. Sem Regimento Interno discorda da  
53 aprovação, pois de acordo com a Lei Municipal nº 186/06, nenhum conselho pode  
54 funcionar sem Regimento, entende que até as atas anteriores não tem validade,  
55 diz que deve ser emitido parecer através da plenária em todos os atos do  
56 conselho, no caso das ZEIS, por exemplo, antes tem que trabalhar com os  
57 conselheiros ou comissões para depois levar para aprovação, que tem que  
58 funcionar o conselho senão não há plenária e não há Ata a ser aprovada. Lauro  
59 disse que realmente não há Regimento Interno aprovado, porém isso não invalida  
60 a Ata que pode ser redigida e aprovada sem problemas. O Conselheiro Cláudio  
61 Bini afirmou que há lei municipal que constitui e designa o conselho e o fato de  
62 não existir um Regimento Interno não impede que o conselho se reúna, e que a  
63 ata, as reuniões e as propostas foram realizadas ao abrigo da lei, portanto não há



64 problema em aprová-la. Disse ainda, que se necessário poderá ser organizada  
65 uma comissão para discutir e elaborar uma proposta do Regimento Interno.  
66 Enfim, **a Ata foi aprovada, porém, com emendas:** “O conselheiro Vanderlei  
67 Zampaulo propôs que o grupo aprovasse uma moção com recomendação à CAP  
68 quanto às analise mais criteriosas com relação à aprovação de projetos de  
69 construção civis que geram adensamento, como no Jupιά, Ondas e Campestre.  
70 Lauro propôs a aprovação da moção pelos conselheiros, porém a servidora do  
71 IPPLAP, Rosalina Castanheira, responsável por lavrar a Ata, informou que no  
72 momento muitos conselheiros já haviam se retirado e não havia mais quorum  
73 para aprovação. O Conselheiro Vanderlei disse que considera essa  
74 recomendação fundamental.” Lauro disse que encaminhou a recomendação para  
75 a CAP, que já ficou muito claro o pedido dos conselheiros e leu o ofício que foi  
76 encaminhado seguido da cópia da Ata. O conselheiro Vanderlei reforçou que deve  
77 ser encaminhada a moção, mesmo que seja para o assunto ser incluído na  
78 próxima pauta. Lauro disse que se o grupo decidir poderá ser enviada a moção e  
79 colocou para aprovação. O Senhor Rui foi contra e se manifestou reforçando que  
80 qualquer deliberação do conselho tem que ir a plenária e que não há regimento  
81 nem discussão então não foi deliberado, está só assistindo e que o IPPLAP não  
82 pode enviar em nome do conselho, só a plenária. O Procurador Claudio Bini,  
83 disse que o assunto poderia ser colocado em pauta na próxima reunião e reforçou  
84 que não havia problema algum em se aprovar a ata e se necessário, ratificar.  
85 Lauro disse que no momento está discutindo a aprovação da ata então poderia  
86 ser aprovada e ser feito um adendo. O conselheiro Rafael Jó Girão se manifestou  
87 dizendo que não se opõe, mas gostaria de colocar que é propício discutir melhor  
88 essa questão e fazer um complemento, considerando que existe lei municipal que  
89 prevê o estudo de impacto de vizinhança e esse assunto poderia ser abordado e  
90 aprofundado em uma próxima reunião. Vanderlei reforçou que é leigo no assunto  
91 e que além da moção deveria ser chamada a CAP ou Semob, para informar sobre  
92 os projetos e aprovações. O conselheiro Hugo disse que estava em dúvida, pois  
93 havia duas propostas do conselheiro Vanderlei, a moção ou recomendação e  
94 outra proposta pra saber o que está acontecendo, que não poderia ser enviada  
95 uma recomendação se ele colocou que não sabia o que estava acontecendo,



96 então vai recomendar o que? Até quem estava propondo estava em dúvida.  
97 Claudia esclareceu ao conselheiro Hugo que no debate que houve na reunião  
98 anterior, a moção teria um caráter e a visita da CAP outro, que seria fazer  
99 esclarecimentos. Também disse que já existe um acúmulo de falta de  
100 informações para que se peça a CAP que tenha cuidado em relação as novas  
101 aprovações, e a moção vem nessa linha e quanto à visita da CAP, quer aprender  
102 e entender o que está acontecendo, pois estão acontecendo coisas gritantes  
103 como, por exemplo, na Avenida Laranjal Paulista. Lauro esclarecia que havia  
104 duas propostas sim, e o conselheiro Tiago interferiu dizendo que a reunião estava  
105 confusa, talvez pela falta de um regimento e uma mesa e inclusive isso aconteceu  
106 nos fóruns e a sensação é que vem assistir para palpitar e a função do conselho  
107 não é palpitar nem brincar de democracia participativa e o conselheiro vem para  
108 se responsabilizar pelo que acontece na cidade, e da forma como tem acontecido  
109 as reuniões, desde o começo, não permite que o conselheiro se responsabilize e  
110 essa dinâmica só será alterada quando houver a composição da mesa, que o  
111 presidente deveria ser outra pessoa, como no Comdema , para que haja uma  
112 dinâmica mais eficaz e participativa. Sugere a formação das bases do conselho, o  
113 que ele precisa fazer e as dinâmicas, para conseguir de fato se responsabilizar  
114 pelo que está acontecendo. Lauro informou ao Tiago que estavam no momento  
115 de discutir as bases e lembrou sobre as dificuldades de se fechar a composição  
116 do conselho, quanto a representação da sociedade civil e, quando fechado  
117 iniciaram as reuniões mas, até o momento, não houve deliberação com  
118 aprovação de projeto de lei. Além dessa discussão, propõe uma comissão para se  
119 discutir o regimento, dialogar e apresentar ao conselho. Falou sobre os  
120 calendários, a necessidade de agendar reuniões mensais e que, se pela segunda  
121 vez retirou da pauta o projeto de lei da ZOCFA é porque se recusa a aprovar  
122 proposta sem previamente enviar aos conselheiros. Voltando a questão da Ata o  
123 procurador propôs que aprovasse, fizesse as alterações e/ou emenda a ser lida  
124 na próxima reunião, considerando que, realmente houve a primeira reunião, foi  
125 redigida a ata e agora estará sendo aprovada com observações. Rui se  
126 manifestou contra considerando a falta da mesa e do regimento interno. Lauro  
127 prosseguiu dizendo que a moção a ser enviada será então assunto da próxima



128 pauta e o teor da mesma será redigido de acordo com sugestão e aprovação da  
129 maioria dos conselheiros. “A conselheira Cláudia solicitou a correção do nome  
130 dela, sendo que o correto é Cláudia Renata Novolette, e também, que constasse  
131 na Ata que quando apresentou o relatório da participação na Conferência  
132 Nacional em Brasília, retratou aos conselheiros presentes que Piracicaba foi  
133 citada de forma negativa, por contratar primeiro um projeto de zona especial de  
134 interesse social e depois fazer a lei mudando a área”. Dando sequência, **os itens**  
135 **II, III e IV foram retirados da pauta considerando a discussão do Item V –**  
136 **Regimento Interno, que não foi aprovado, porém, foi organizada uma**  
137 **Comissão que se reunirá para analisar a minuta, discutir e posteriormente**  
138 **apresentar uma proposta aos conselheiros, em reunião específica para**  
139 **aprovação do mesmo.** A Comissão ficou composta por dois representantes do  
140 governo, Cláudio Bini/Procuradoria Geral e Tarcísio Ângelo Mascarim/Secretaria  
141 Municipal de Desenvolvimento Econômico e dois representantes da Sociedade  
142 Civil, Rafael Jó Girão/ONGs-Entidades Técnicas de Profissionais de Ensino e Rui  
143 Cassavia Filho/Empresários Demais Setores. Não havendo mais nada a tratar  
144 Lauro reforçou que os assuntos a serem aprovados serão previamente enviados,  
145 por e-mail, para análise dos conselheiros a fim de que todos possam aprovar com  
146 mais segurança. Em seguida, agradeceu a presença de todos e encerrou a  
147 reunião, da qual eu, Rosalina M. O. Castanheira, lavrei a presente ata, que será  
148 assinada por mim. Assinatura: \_\_\_\_\_, em 26/02/2014.

149

150

151

152

153

**LAURO PINOTTI**

**Presidente**